



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria do Desenvolvimento da Produção

RELATÓRIO DE RESULTADOS Atualizado em 05/12/2002

FÓRUM DE COMPETITIVIDADE DA CADEIA PRODUTIVA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES

Após anos de crise e falta de investimentos, a indústria têxtil no Brasil vive um período de grande expansão. A Cadeia Produtiva - fiação, tecelagem, malharia, tinturarias, estamparias e confecções - responde atualmente por 13,5% do PIB industrial e por 13,6% dos empregos gerados na indústria de transformação.

Os desafios da Cadeia Produtiva Têxtil e de Confecções em busca da competitividade internacional, acordados no Fórum de Competitividade, passam especificamente pela ampliação da área plantada de algodão, pela modernização e expansão da capacidade produtiva em todos os elos da cadeia, pela defesa contra a concorrência desleal, representada, principalmente, por importações ilegais e outras práticas desleais de comércio, e pelo aumento da produtividade da mão-de-obra nos segmentos de fibras, têxteis e confecções.

Para tanto, foram definidas políticas prioritárias para o aumento da competitividade da Cadeia Produtiva como um todo, compreendendo o financiamento da produção, a maior fiscalização de produtos importados, a desoneração da produção e a defesa comercial. Os segmentos de algodão, de fibras e filamentos manufaturados e de confecções foram objeto de políticas e ações específicas de desenvolvimento produtivo regional, capacitação de mão-de-obra, *design* e melhoria de qualidade e produtividade. No caso do algodão, estão sendo trabalhados, também, a classificação, a comercialização e o seguro agrícola.

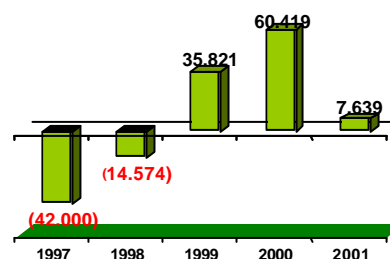
Cabe ressaltar, para fins de balanço dos resultados do Fórum no ano de 2002, que foi necessário redimensionar algumas metas devido a fatores conjunturais, como a crise de energia elétrica em 2001, o desaquhecimento do mercado mundial de têxteis (em decorrência das crises dos Estados Unidos e da Argentina) e os crescentes subsídios americanos à cotonicultura, entre outros.

1. RESULTADOS RELATIVOS ÀS MACRO METAS

- a) Aumentar, até 2011, o número de postos de trabalho em 160 mil na indústria e em 160 mil na agricultura (em relação aos dados de 1999).

Segundo dados do MTE, apesar do ano de 2001 ter sido particularmente complexo, devido ao racionamento de energia elétrica e ao desaquhecimento do mercado mundial de têxteis, a cadeia ainda gerou 7.639 novos empregos formais.

Geração de empregos formais na Cadeia



Fonte: RAIS/CAGED/MTE

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria do Desenvolvimento da Produção

A curva de novos postos de trabalho tem se mantido crescente graças, sobretudo, ao bom desempenho dos elos de algodão e confecções. Deve-se ressaltar que deverá ocorrer alteração no elo de algodão, devido à redução da área plantada na safra de 2002/2003.

b) Aumentar as exportações da Cadeia Produtiva para US\$ 4,3 bilhões, no ano de 2008, o que significa atingir 1 % das exportações mundiais de têxteis.

Pioneira no processo de industrialização brasileira, foi uma das cadeias produtivas que mais sentiu o impacto da abertura comercial e da sobrevalorização cambial verificada no período pós-Plano Real.

A partir de 1998, no entanto, a indústria vem revertendo essa tendência negativa, tendo fechado o ano de 2001, com o primeiro saldo comercial positivo desde 1994, no valor de US\$ 73 milhões, estando de acordo com uma das metas perseguidas pelo Fórum de Competitividade, que é a de se ter um *superávit* na Cadeia Produtiva.

Segundo dados do sistema Alice/MDIC, as exportações totais de 2001 chegaram a US\$ 1,31 bilhão, significando aumento de 7%, se comparadas com o ano anterior, e as importações alcançaram US\$ 1,23 bilhão, representando uma diminuição de 23% em relação a 2000.

Balança Comercial – Têxtil e Confecções

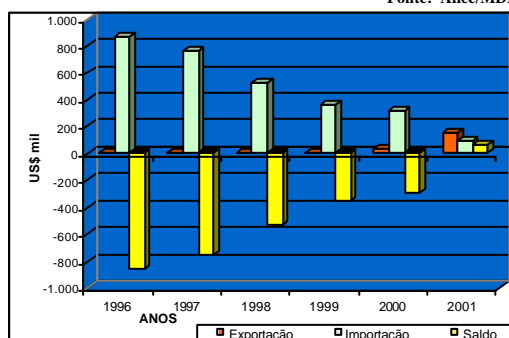
Em US\$ milhões

Ano	Exportação (A)	Importação (B)	Saldo (A-B)
1997	1.267	2.350	-1.083
1998	1.113	1.923	-810
1999	1.010	1.443	-433
2000	1.222	1.606	-384
2001	1.306	1.233	73
jan-ago/2001	869	900	-31
jan-ago/2002	762	744	18

Fonte: Sistema Alice/MDIC

*Balança Comercial Algodão
Brasil – 1996-2001*

Fonte: Alice/MDIC



Na Cadeia, o elo que mais tem se destacado por seu desempenho em Comércio Internacional é o do algodão que, em 2001, importou US\$ 96 milhões (representando diminuição de 70% em relação à 2000) e exportou US\$ 155 milhões, (370% a mais que o ano anterior).

Quanto ao valor das exportações, ocorreu incremento menor do que o valor previsto, conseqüência, primordialmente, das reduções de exportações para Argentina e Estados Unidos, mercados significativos para a Cadeia Produtiva.

Deve-se ressaltar, ainda, a sinalização da reversão da curva de déficit comercial, com indicações de aumento do valor do *superávit*. Esta nova situação, sustentável,

fundamentou-se na solução da produção interna de algodão e no processo de modernização alcançado na área de confeccionados, que, além de melhorar e ampliar sua capacidade de produção, incorporou tecnologia e capacidade de agregar valor a seus produtos, vindo a se inserir em novos mercados consumidores e competir com a importação de produtos confeccionados, especialmente os provenientes da Ásia.

No que diz respeito ao corrente ano, a Balança Comercial da Cadeia apresenta *superávit* de US\$ 18,0 milhões, no período de janeiro a agosto. Cabe frisar que esse resultado positivo se deu apesar de as exportações para a Argentina terem caído em cerca de 74%, comparando-se o período considerado em relação a 2001, o que demonstra o enorme esforço da Cadeia em ganhar fatias de mercado em outros países.

Ressaltamos, ainda, que as duas medidas solicitadas pela SECEX, por intermédio do MRE, foram atendidas pela União Européia e pelos Estados Unidos, principais consumidores de produtos têxteis mundiais.

A primeira diz respeito à eliminação das quotas de impostas pela UE às exportações brasileiras de têxteis e confecções. As vendas de diversas categorias de tecidos e confeccionados não mais se sujeitarão ao regime de contingenciamento que vem vigorando desde 1978, implantado pelo Acordo Multifibras, que tinha término previsto para 2005.

A segunda se refere à concessão, pelos EUA, em 31/07 e 17/09, de flexibilidades no Acordo Bilateral, que elevaram em 17% das cotas relativas às toalhas felpudas e lençóis, as quais passaram, respectivamente, de cerca de 38,5 milhões para 45 milhões de peças e de 1,8 milhão para 2,1 milhões de unidades, providência que assegurou a continuidade do embarque de exportações já contratadas por empresas do setor têxtil.

No sentido de dar visibilidade ao conjunto das ações governamentais relativas à Cadeia Produtiva, com impactos no curto, médio e longo prazos, é importante destacar as medidas abaixo descritas, de estímulo às exportações, definidas no âmbito do “Programa de Exportações 2001” (CAMEX/MDIC). Os diversos programas e ações de Governo articulam-se e interagem no sentido de aumentar a competitividade das cadeias produtivas brasileiras.

b.1) Agregação de valor à produção exportável

- **O Programa de Apoio Tecnológico à Exportação (PROGEX)** tem como finalidade prestar assistência tecnológica às Micro e Pequenas Empresas que queiram se tornar exportadoras ou àquelas que já exportam e desejem melhorar seu desempenho nos mercados externos. Para tal, realiza a adaptação de produto ao mercado externo, quanto aos seguintes aspectos: (i) melhoria da qualidade e do processo produtivo; (ii) redução de custos; (iii) atendimento às normas técnicas; (iv) superação de barreiras técnicas, (v) *design*; e (vi) embalagens.
- **TexBrasil** é a marca institucional do setor têxtil e de confecções, que promove e incentiva as exportações brasileiras para o mundo todo.



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria do Desenvolvimento da Produção

- **Projeto Comunidades Exportadoras:** desenvolvido pela ABIT, tem como intuito adaptar o conceito das “plataformas confeccionistas”, representado por unidades industriais com grande capacidade produtiva, voltadas para Comércio Exterior (a exemplo do que ocorre nos principais países exportadores de produtos têxteis). A idéia é conjugar, de forma harmônica, três objetivos estratégicos: (i) exportar grandes volumes de produtos confeccionados, proporcionando agregação de valor à produção nacional; (ii) gerar novos empregos; e (iii) proporcionar atendimento social às comunidades carentes.

b.2) Aumento da base exportadora

- **A Agência de Promoção de Exportações - APEX** vem apoiando projetos setoriais integrados, englobando o trabalho de estímulo aos consórcios de exportação, a partir do foco no conceito ampliado de promoção comercial (feiras, missão de compradores, encontros, etc).

b.3) Promoção do aumento das exportações e de redução de custos, medidas de caráter geral, também acessíveis à Cadeia Têxtil

- **Capitalização do Fundo de Garantia à Exportação (FGE):** Lei nº 9.818, de 23/08/99, o Patrimônio do FGE gira em torno de R\$ 2 bilhões (junho/2002) (CAMEX).
- **Capitalização e Reestruturação Societária e Administrativa da SBCE:** tornou o BNDES um dos acionistas da SBCE, com a finalidade de torná-la mais dinâmica e acessível às empresas, além daquelas de grande porte.
- **Regulamentação do ACC/ACE Exportação em Consignação** (Circular BACEN nº 3.016, de 06/12/2000, e PT SECEX nº 01, de 30/01/01).
- **Aumento do Orçamento do PROEX - 1999:** R\$ 749 milhões; **2000:** R\$ 793 milhões; **2001:** R\$1.220 milhões; **2002:** R\$ 1.140 milhões.
- **Aumento do Orçamento do PROEX - financiamento - 1999:** R\$ 803 milhões; **2000:** R\$ 803 milhões; **2001:** R\$ 990 milhões; **2002:** R\$ 990 milhões.
- **Apoio do BNDES às exportações:** destinação de até 25% do orçamento para desenvolvimento das operações do BNDES - Exim.
- **Reformulação do Mecanismo de Fundo de Aval (FGPC):** ampliação dos valores da receita operacional bruta para classificação do porte das empresas; extinção da exigência de exportação anterior por parte da empresa de médio porte; elevação do valor mínimo, de R\$ 500.000,00 para US\$ 500.000,00, da garantia prestada pelo Fundo, podendo, a critério do agente financeiro, ser dispensada a exigência de garantia real; e aumento do nível de participação da parcela garantida pelo Fundo.
- **Redução a “zero” da alíquota de 15% de IR sobre remessas ao exterior,** para fins de reembolso de despesas de promoção comercial (MP nº 2.062-61, de 28/12/00, e Decreto nº 3.793, de 19/04/01).

- **Implementação do controle informatizado de operações de drawback (DRAWBACK ELETRÔNICO):** sistema já em operação, com vistas a agilizar o processo de Drawback e promover maior controle da operação.
- **Revisão da fórmula de cálculo do crédito presumido do PIS/COFINS,** constituindo nova alternativa para os exportadores (Lei nº 10.276, de 10/09/01): busca de desoneração das exportações, por meio do instrumento de crédito tributário para esse imposto.

b.4) Agressivo programa de promoção comercial e de acesso a mercados

- **Destaque para o Projeto de promoção de exportações para mercados prioritários (MDIC)** a partir de 10 produtos selecionados, incluídos os setores têxtil e de confecções, para os mercados americano, inglês, alemão e mexicano.

2. AÇÕES E RESULTADOS POR METAS INSTRUMENTAIS E POLÍTICAS PRIORITÁRIAS

2.1 Com impactos na competitividade do conjunto da Cadeia Produtiva:

- a) **Até 2005, ampliar a área plantada de algodão dos atuais 600 mil ha para 1,2 milhão ha, utilizando técnicas que não degradem o meio ambiente. Essa expansão ocorrerá, fundamentalmente, em área de cerrado de diversos estados brasileiros.**

O elo do algodão vem apresentando representativos saltos de produção. A safra de 1999/2000, de 700.300 toneladas de algodão em pluma, foi 34,6 % superior à safra anterior, e a produção referente ao biênio 2000/2001, de 940.300 toneladas, já tornou o País auto-suficiente no consumo de algodão relativamente ao ano de 2001, estimado em 860.000 ton., segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

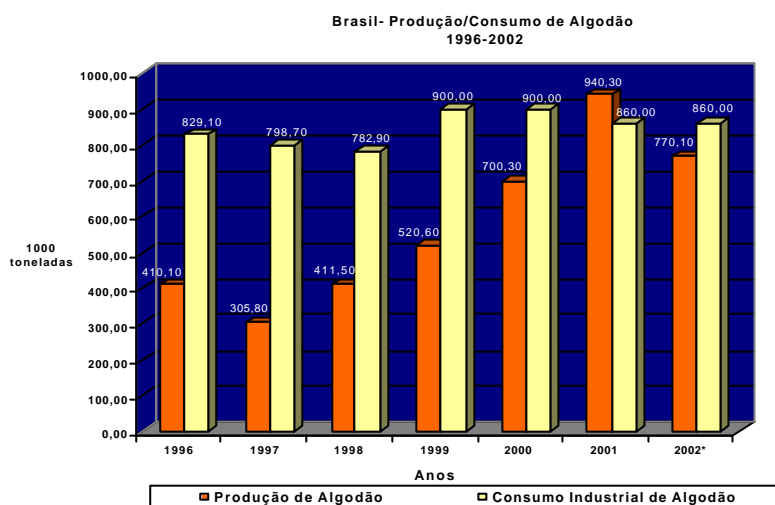
Ainda segundo dados da CONAB, a área plantada de algodão, de 697ha mil na safra de 1998/1999, foi ampliada para 824ha mil na safra de 1999/2000, superando a meta prevista de 720 mil ha. Já na safra de 2000/2001, a área plantada atingiu 870 mil ha, superando a meta prevista de 840 mil ha. Cabe ressaltar que as maiores áreas de produção de algodão estão localizadas na Região Centro-Oeste e Oeste da Bahia (região de Barreiras).

No que diz respeito à previsão para 2002, a superfície de área plantada com algodão no Brasil, no ano safra 2001/2002 será de cerca de 746,4 mil hectares, é 14% inferior ao da safra passada (cerca de 868,4 mil hectares). Essa queda deve-se, sobretudo, à queda acentuada do preço do algodão desde o início do ano de 2002, decorrente do lento crescimento na demanda, combinado ao aumento da oferta mundial. A produção do algodão está aumentando, apesar dos baixos preços, por causa das mudanças estruturais, como: melhoramento tecnológico, expansão do algodão em novas áreas, a força do dólar americano e os subsídios ao produtor agrícola norte-americano.

Também segundo dados da CONAB referentes a produção, estima-se que o volume a ser colhido na atual safra será inferior em 14,3%, quando comparado com o da safra passada (938,8 mil toneladas). Além da retração na área, outro fator que vem contribuindo de

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria do Desenvolvimento da Produção

forma negativa para a colheita de menor volume de produção é o clima, que este ano não tem se mostrado favorável para as lavouras situadas na Região Nordeste (notadamente na região de Barreiras, Bahia, onde a perda estimada é de aproximadamente 18%), e na maioria dos estados da Região Centro-Sul, sobretudo Goiás, Paraná, norte do Mato Grosso do Sul e algumas microrregiões do Mato Grosso, onde, inicialmente, havia expectativa de aumento de produtividade.



Cabe ressaltar que a menor oferta não significará, necessariamente, maior dependência de importações no corrente ano. Conforme a tabela a seguir, fornecida pela CONAB, se forem excluídas as importações e somada somente a produção nacional, prevista em 804,6 mil toneladas, mais o estoque inicial, previsto em 181,0 mil toneladas, alcança-se uma oferta total de algodão em pluma de 985,6 mil toneladas, para uma demanda estimada em 946 mil toneladas.

SUPRIMENTO DE ALGODÃO EM PLUMA - BRASIL (1995 A 2002 - em mil ton.)

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001 (1)	2002 (2)
OFERTA	991,7	1.017,6	931,1	877,5	891,9	1.081,7	1.188,3	1.118,6
Estoque Inicial	170,4	135,5	186,9	132,1	91,5	81,5	168,2	181,0
Produção	537,0	410,1	305,7	411,0	520,1	700,3	938,8	804,6
- Centro/Sul	449,4	333,7	246,7	385,9	482,8	607,1	861,3	712,7
- Norte/Nordeste	87,6	76,4	59,0	25,1	37,3	93,2	77,5	91,9
Importações	284,3	472,0	438,5	334,4	280,3	299,9	81,3	133,0
DEMANDA	856,2	830,7	799,0	786,0	810,4	913,5	1.007,3	946,0
Consumo Interno	803,7	829,1	798,7	782,9	806,5	885,0	860,0	860,0
Exportações	52,5	1,6	0,3	3,1	3,9	28,5	147,3	86,0
Estoque Final	135,5	186,9	132,1	91,5	81,5	168,2	181,0	172,6
Meses de Consumo	1,9	2,7	2,0	1,4	1,2	2,2	2,2	2,2

Fonte: CONAB/ SRF-MF/ SINDITEXTIL-ABIT/COOPERATIVAS

ELABORAÇÃO: CONAB

(1) preliminar (2) estimativa



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria do Desenvolvimento da Produção

No que tange aos subsídios americanos, segundo o *International Cotton Advisory Committee* (ICAC), os EUA pagaram US\$ 4,2 bilhões de subsídios ao produtor de algodão no ano fiscal de 2000, equivalentes a 115% do valor da produção nacional e, em fevereiro de 2001, a 50% do preço internacional.

O Governo brasileiro, por sua vez, está estudando a possibilidade de criar de um painel (Comitê de Arbitragem) na OMC contra os referidos subsídios.

Cabe ressaltar, ainda, três pontos de vital importância para aumentar a competitividade do elo do algodão:

- Realização de pesquisas e transferência de tecnologias levadas a efeito pela Embrapa, voltadas ao aperfeiçoamento dos sistemas de produção e ao desenvolvimento de novas variedades de algodão adaptadas ao cultivo em regiões de Cerrado, atendendo ao nível internacional de qualidade e aos altos indicadores de produtividade, bem como de novas variedades, como o algodão colorido e os de fibras super longas, que agregam valor ao produto, destinando-se a nichos de mercado específicos e criando a perspectiva para uma atividade rentável na produção de algodão em pequenas propriedades.
- Inclusão, pelo BNDES, de equipamentos de beneficiamento de algodão dentre os itens financiáveis na Linha Especial de Financiamento Agrícola, desde que tais equipamentos sejam destinados exclusivamente a produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, ou cooperativas de produtores rurais. (Não há limite de valor de financiamento por beneficiária e poderá ser financiado até 100% do valor do equipamento. O valor total das contratações em 2002 não poderá exceder a R\$ 30 milhões).
- Autorização de operações de *drawback* para importações de matérias-primas e outros insumos utilizados no cultivo de produtos agrícolas e na criação de animais a serem exportados. A medida introduz uma novidade, pois, a partir de agora, poderão ser realizadas operações de *drawback* - que prevêem isenção ou suspensão de pagamento de tributos nas importações de insumos - relacionadas a exportações de produtos básicos. Até então, beneficiava, principalmente, a importação de insumos utilizados no processamento de bens manufaturados exportáveis.

b) Realizar investimentos em modernização e expansão da capacidade produtiva em todos os elos da Cadeia, em um horizonte de 8 anos, no valor total de US\$ 12,6 bilhões, com a utilização de recursos financeiros do setor empresarial, das linhas de crédito do BNDES e do Programa Brasil Empreendedor.

Foi realizado levantamento, coordenado pela SDP/MDIC e com a participação do BNDES, da ABIT, ABRAVEST, ABRAPA e ABIMAQ, das máquinas e equipamentos instalados na Cadeia Produtiva Têxtil e de Confecções com padrões internacionais de competitividade e das necessidades de ampliação e modernização do parque industrial, visando: (i) identificar a capacidade de fornecimento de bens de capital pela indústria nacional; (ii) quantificar a necessidade de importações e adequar a linha de crédito oficial já existente para esse fim; e (iii) conferir meios para a formulação de política voltada para



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria do Desenvolvimento da Produção

a atração de plantas de bens de capital, por meio de investimento direto ou em parceria com a indústria nacional.

O trabalho em questão significou maior agilidade à discussão sobre Ex-tarifários, visto que a necessidade de importação de máquinas e equipamentos é muito grande (algo como 90% das necessidades de equipamentos da Cadeia Produtiva), em face do desmantelamento do parque industrial de bens de capital para as indústrias têxteis e de confecções nos anos 90. Para maior detalhamento dos números relativos a Ex-tarifários, ver item “Desoneração da produção”, (abaixo mencionado).

Ademais, em 17/07/00, foi colocada à disposição das pequenas e médias empresas de todos os setores produtivos, linha de crédito do BNDES no valor de US\$ 1,5 bilhão, a fim de financiar a aquisição de máquinas e equipamentos importados. O prazo de vigência dessa linha estende-se até 14/03/03.

O montante desembolsado pelo BNDES para a importação de equipamentos pelas empresas da Cadeia Têxtil e de Confecções saltou de R\$ 237.000,00, no ano de 2000, para R\$ 4.833.100,00, em 2001. Não obstante o expressivo aumento desse montante, o ainda reduzido número de operações e do valor financiado por essa linha pode ser explicado pelo risco cambial existente nessa linha de financiamento. O BNDES utiliza cesta de moedas, uma vez que os recursos do FAT não podem ser utilizados para o financiamento de importações de equipamentos.

As empresas da Cadeia Produtiva estão cumprindo suas metas de modernização referente à capacidade produtiva, utilizando-se de recursos próprios ou de financiamentos diretos dos fornecedores de bens de capital. Ou seja, os financiamentos obtidos diretamente com os próprios fabricantes vêm sendo utilizados como forma de propiciar melhores condições de financiamento e maior agilidade burocrática. Depreende-se, portanto, que este tópico ainda constitui um gargalo, visto que, embora crie uma alternativa para que as empresas de pequeno porte importem diretamente, a atual oferta de crédito oficial para financiamento de equipamento importado encontra-se em condição inferior à oferecida pelos fabricantes internacionais.

A divulgação das linhas de crédito disponíveis junto aos elos que compõem a Cadeia Produtiva está sendo feita por meio de postos avançados do BNDES nos Estados, cuja lista encontra-se no *site* da instituição (www.bndes.gov.br), no item “telefones e endereços”.

Para viabilizar o acesso das Micro e Pequenas Empresas ao crédito, foram definidos projetos-piloto de atendimento especializado às demandas das empresas da Cadeia Produtiva (ver item “regionalização da produção”, abaixo mencionado).

- c) **Aumentar a produção física total na Cadeia Produtiva, no período de 1999 a 2011, de acordo com a tabela abaixo:**

BALANÇO DE OFERTAS E CONSUMO

em toneladas

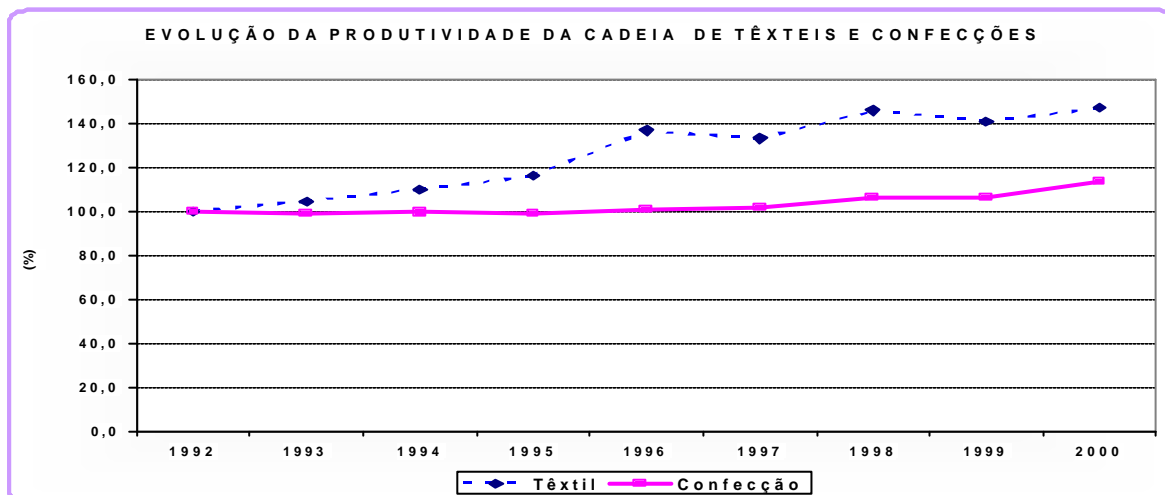
ELOS	1999	2005	2008
<u>FIBRAS DE ALGODÃO</u>			
Produção	520.100	1.448.000	1.659.000
Importação	281.882	100.000	120.000
Exportação	4.674	250.000	350.000
Consumo Aparente	797.808	1.298.000	1.429.000
<u>FIOS FIADOS</u>			
Produção	907.456	1.383.000	1.610.000
Importação	28.898	40.000	45.000
Exportação	27.660	75.000	90.000
Consumo Aparente	908.694	1.348.000	1.565.000
<u>FIBRAS MANUFATURADAS</u>			
<u>FIBRAS CORTADAS SINTÉTICAS E ARTIFICIAIS</u>			
Produção	147.318	320.000	380.000
Importação	49.957	61.000	75.000
Exportação	15.131	37.000	53.000
Consumo Aparente	182.144	344.000	402.000
<u>FILAMENTOS SINTÉTICOS E ARTIFICIAIS</u>			
Produção	199.177	330.000	431.000
Importação	91.737	93.000	100.000
Exportação	17.425	45.000	75.000
Consumo Aparente	273.489	378.000	456.000
<u>TECIDOS</u>			
Produção	1.079.430	1.709.400	1.853.000
Importação	44.660	35.000	45.000
Exportação	43.700	104.000	138.000
Consumo Aparente	1.080.390	1.640.400	1.760.000
<u>CONFECCÕES</u>			
<u>VESTUÁRIO</u>			
Produção	749.650	997.400	1.051.500
Importação	13.683	20.000	30.000
Exportação	11.464	110.000	147.000
Consumo Aparente	751.869	907.400	934.500
<u>PRODUTOS PARA O LAR</u>			
Produção	167.000	295.000	319.600
Importação	1.065	20.000	25.000
Exportação	24.527	160.000	188.000
Consumo Aparente	143.538	155.000	156.600
<u>OUTROS</u>			
Produção	104.000	184.000	212.900
Importação	65.725	15.000	10.000
Exportação	95.455	120.000	138.000
Consumo Aparente	74.270	79.000	84.900

TOTAL CONFECÇÕES			
Produção	1.020.650	1.476.400	1.584.000
Importação	80.473	55.000	65.000
Exportação	131.446	390.000	473.000
Consumo Aparente	969.677	1.033.000	1.175.200

Fontes: SECEX, ABRAPA, ABRAFAS, ABIT e ABRAVEST

Obs.: No processo de transformação, ao longo da Cadeia Produtiva, os valores indicados em Consumo Aparente não devem ser simplesmente somados, pois há perdas nos processos de produção, além de utilização de produção não identificada nas estatísticas, em função de níveis de informalidade existentes em alguns elos da cadeia.

d) **Aumentar a produtividade de mão-de-obra em cerca de 30% nos segmentos têxtil, fibras e confecções até 2008.**



Considerando-se que os dados disponíveis referem-se a um período que vai até o ano de 2000 (ano de instalação do Fórum), não é possível a análise da meta.

e) **Aprimoramento dos procedimentos de controle e de fiscalização das importações de itens referentes à Cadeia Produtiva nos portos brasileiros.**

Foi estabelecida parceria entre a Secretaria da Receita Federal/SRF/MF e a Secretaria de Comércio Exterior/SECEX/MDIC para tornar cada dia mais ágil a aplicação de mecanismos de fiscalização e de controle nas importações de insumos e produtos acabados da Cadeia Produtiva, com a finalidade de evitar a concorrência desleal de produtos subfaturados, *dumping*, produtos subsidiados ou trazidos sob falsa classificação etc.

Destacam-se, a seguir, as principais ações realizadas:

- Portaria nº 3 da SECEX, de 07/07/00, referente ao controle de doações de roupas usadas, com impacto na redução de importações indevidas.



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria do Desenvolvimento da Produção

- Portaria Interministerial nº 51, de 10/08/00, que impõe quotas sobre importações de malhas sintéticas e artificiais originárias de Taiwan.
- Resolução CONMETRO nº 01/2001, de 08/05/01, que aprova a Resolução GMC nº 09/00, do MERCOSUL, referente às normas de etiquetagem de produtos têxteis, o que permite intensificar o controle sobre o uso de etiquetas nos produtos importados. As obrigações decorrentes dessa Resolução tornaram-se exigíveis a partir do mês de abril/2002.
- Resolução CAMEX nº 19, de 26/06/01, que aprova direito *antidumping* sobre as importações de fios têxteis de náilon originárias da República da Coreia.

f) Desoneração da produção.

- Redução no imposto para importação de máquinas e equipamentos sem produção nacional (“Ex”-Tarifário) utilizados na Cadeia Produtiva da indústria Têxtil e de Confecções, a exemplo das reduções tarifárias implementadas pelo Decreto nº 3.704, de 27/12/00, pelas Portarias do Ministério da Fazenda, de nº 464 e 465, pelas Resoluções CAMEX nº 4, 13,14,21,22,32,36 e 40, todas de 2001, que totalizam 106 “Ex”-Tarifários vigentes.

g) Medidas de caráter geral que geram efeitos sobre a cadeia produtiva.

- Edição da Medida Provisória nº 66, de 29/08/02, que, dentre outros assuntos, trata da cobrança não cumulativa do PIS, passo inicial da Reforma Tributária. O objetivo é desonerar a produção dos tributos e contribuições chamadas “em cascata”, alterando a base de incidência da contribuição para o PIS, que passará a ser cobrado sobre o valor agregado, em vez de incidir sobre o faturamento do produto.

Ressalte-se, ainda, que a Instrução Normativa nº 207, de 27/09/02, que disciplina o art. 6º da MP nº 66, beneficiou as chamadas empresas "preponderantemente exportadoras", aquelas que vendem para o exterior pelo menos 80% de sua receita bruta, com a suspensão da cobrança do IPI sobre as matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem.

- Edição da Medida Provisória nº 2.202, de 28/06/01, que dispõe sobre o ressarcimento das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e para a Seguridade Social (CONFINS) incidentes sobre os insumos utilizados na produção de produtos destinados às exportações, compromisso do MDIC para com o setor exportador.
- Criação de linha de financiamento para investimentos realizados por empresas de capital nacional no exterior, sempre que contribuam para promover exportações, assim como para fomentar a exportação de produtos e de serviços, inclusive serviços de instalação, compreendidas as despesas realizadas no exterior, associadas à exportação (Decreto nº 4.418, de 11/01/02, art. 9º, incisos II e III).
- Assinatura de acordo de reformulação do Convênio de Crédito Recíproco (CCR), entre Brasil e Argentina, elevando o limite das operações que tramitam pelo sistema, de

US\$ 100 mil para US\$ 200 mil, e prevendo a inclusão de negócios com prazo de financiamento acima de 360 dias. Esse acordo permitirá a solução das dívidas atrasadas de importadores argentinos para com empresas brasileiras. As operações devem ser repactuadas, de acordo com as regras do CCR, que serão fixadas pelos bancos centrais.

- Realização da feira Moda Brasil, que ocorrerá em países da América Latina e reunirá empresas fornecedoras de vestuário, cosméticos, calçados e jóias. Trata-se de uma realização do Comitê de Moda da APEX, formando esse ano e coordenado pela ABIT, reunindo vários setores que têm sinergia com a indústria da moda. O primeiro evento será o “Moda Brasil Chile”, a ser realizado em Santiago, entre os dias 19 e 21 de novembro, que vem recebendo apoio estratégico da Embaixada Brasileira no Chile.

2.2 Com impactos em segmentos específicos da Cadeia:

a) Aumento da Competitividade do Segmento de Fibras Sintéticas.

Para que houvesse um entendimento mais completo sobre esse elo, o BNDES contratou, em 16/02/2001, a Fundação Carlos Alberto Vanzolini, para estudo sobre a competitividade do segmento de fibras sintéticas, concluído em novembro de 2001.

O estudo em questão oferece uma análise relativa à oferta de fibras químicas no Brasil e avalia sua relação dentro da Cadeia Têxtil e de Confecções. Sinaliza, ademais, que a questão da competitividade das fibras químicas não está associada apenas a aspectos como preço e disponibilidade de nafta, mas incorpora à discussão aspectos afetos a requisitos da indústria têxtil, questões técnicas, de estratégia e comportamento empresarial, além de problemas de escala de investimentos.

Como conclusão, o estudo demonstra ser fundamental definir estratégias com vistas à redução do déficit comercial desse elo, ao mesmo tempo em que aponta as seguintes dificuldades:

- (i) o equacionamento da problemática da Cadeia Têxtil já começa a partir das próprias informações estatísticas, que não possibilitam uma visão integrada consistente;
- (ii) a produção de fibras sintéticas encontrou um novo centro geográfico na Ásia e no Oriente Médio, o que significa um novo obstáculo para os produtores locais, no que diz respeito à competitividade em termos de preço;
- (iii) existência de potencial ainda não explorado do mercado interno;
- (iv) falta de escala de produção;
- (v) limitado conhecimento sobre comercialização no mercado internacional;
- (vi) falta de mecanismos de financiamento;
- (vii) baixa interação com a área de ciência e tecnologia.



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria do Desenvolvimento da Produção

Por ocasião da última Reunião Plenária, realizada em 14/12/01, foi criado o Grupo de Trabalho de Fibras Manufaturadas, que estará apto a iniciar seus trabalhos a partir da análise do estudo da Fundação Vanzolini.

b) Aprimoramento dos critérios de classificação do algodão.

Foi publicada, em 05/12/2002, portaria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que adapta os critérios de classificação do algodão brasileiro aos parâmetros mundialmente aceitos.

Essa modificação é de vital importância para a competitividade do elo de algodão, uma vez que o Brasil adota critérios de classificação diferentes dos adotados pelo mercado internacional. Ademais, a identificação dos fardos ainda é feita com tinta, o que, muitas vezes, danifica (suja) o produto.

Ressalte-se, ainda, a revogação, pela CAMEX, no dia 18/04/02, por meio do Comitê de Gestão da Câmara do Comércio Exterior, da Resolução CONCEX 111, relativa à Padronização e Classificação de Produtos para Exportação. Com isso, foi revogada a obrigatoriedade da Classificação de Algodão para exportação. O exportador, dessa forma, deixou de ter o ônus da classificação, ganhando em simplificação e agilidade no processo, devido à uniformização da classificação para o mercado interno e externo com base nos padrões internacionais.

c) Melhoria do sistema de comercialização e seguro agrícolas.

O Governo Federal, sob a condução do Ministério da Agricultura, CONAB e Banco do Brasil, vem intervindo com vistas a melhorar a comercialização do algodão em pluma. São três os instrumentos empregados: “Aquisição do Governo Federal (AGF)”, “Prêmio de Escoamento da Produção (PEP)” e “Aquisição via Contrato de Opção de Venda”. Estão discriminados, abaixo, os respectivos quantitativos e dispêndios, com início na safra de 1997/1998 (dados da CONAB):

Safra 1997/98-PEP: 170,63 mil toneladas = R\$ 30,5 milhões

Safra 1997/98-AGF Direta: 70,05 mil toneladas = R\$ 114,5 milhões

Safra 1998/99-Aquisição via Contr. de Opção de Venda: 44,9 mil ton. = R\$ 97,4 milhões

Safra 1998/99-AGF Direta: 0,5 mil toneladas = R\$ 0,8 milhões

Safra 1998/99-Contrato de Opção de Venda: 130,4 mil toneladas

Safra 1999/00-PEP: 245,5 mil toneladas = R\$ 56,9 milhões

Safra 1999/00-Aquisição via Contr. de Opção: 26,2 mil toneladas = R\$ 57,7 milhões

Safra 1999/00-AGF Direta: 0,3 mil toneladas = R\$ 0,5 milhões

Safra 1999/00-Contrato de Opção: 67,0 mil toneladas

Safra 2000/01-AGF Direta: 48,6 mil toneladas = R\$ 92,7 milhões

Safra 2000/01-Contrato de Opção: 458,1 mil toneladas = R\$ 87,8 milhões

Safra 2001/02- previsão AGF Direta: 60,0 mil toneladas = R\$ 121,3 milhões



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria do Desenvolvimento da Produção

Safra 2001/02-PEP: 150,0 mil toneladas = R\$ 58,0 milhões

Uma novidade foi a mudança implementada nos leilões de Prêmio de Escoamento de Produção (PEP). Conforme solicitado pelo Setor, os compradores não precisarão mais comprovar que, para cada tonelada adquirida com subsídio, tenha havido a compra de duas sem recursos do Governo. A partir do dia 29/11, o PEP será “um por um”.

Ademais, o BNDES prorrogou até dezembro de 2002 a vigência do “Programa de Apoio à Comercialização do Algodão Brasileiro”, que expiraria em meados deste ano. Criado em 1998, o Programa representa um instrumento de estímulo à produção e ao consumo interno e, até novembro/2001, já havia desembolsado o montante de R\$ 194.130,10 mil. Com recursos de R\$ 400 milhões, incluídas as operações contratadas até junho último, o Programa financia a compra de algodão nacional pela indústria têxtil.

Por fim, o Banco do Brasil criou uma nova modalidade de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) para Pessoa Física, o que já beneficiou o produtor de algodão do MS. Dados da instituição indicam que foram investidos na forma de crédito de custeio R\$ 183 milhões na safra de algodão de 1999/2000 e R\$ 260 milhões na safra de 2000/2001.

d) Regionalização da produção.

Embora a idéia de se apoiar os diversos pólos produtivos de confecção tenha surgido para superar o gargalo do acesso a crédito por parte das Micro, Pequenas e Médias empresas, essa ação vai ao encontro de um dos objetivos do Fórum, que diz respeito ao desenvolvimento produtivo regional, visando ao incremento das vantagens competitivas locais e à redução dos atuais desequilíbrios econômicos e sociais existentes entre as regiões do Brasil.

Para esse fim, foram estabelecidas parcerias entre o MDIC, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, a CAIXA, o SEBRAE, a ABIT e os Sindicatos das empresas locais e entidades empresariais e prefeituras municipais, para o desenvolvimento de uma metodologia de apoio aos pólos e arranjos produtivos regionais, com foco na competitividade das Micro, Pequenas e Médias empresas do elo de confecções, articulando os Programas Fórum de Competitividade, Programa Brasil Empreendedor, Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), Programa Brasileiro de Design (PBD), o Programa do Uso do Poder de Compra, dentre outros.

Em parceria com o SEBRAE e a Caixa, foi desenvolvido um instrumental de pesquisa de campo para coleta de informações básicas para atuação nos pólos, o que permitiu a formação da estrutura metodológica de abordagem dos pólos produtivos. A metodologia envolve as seguintes etapas:

Fase I - Sensibilização/Envolvimento:

- Apresentação da metodologia
- Conhecimento dos parceiros

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria do Desenvolvimento da Produção

- Indicação de um interlocutor local
- Apresentação do trabalho em outros pólos
- Entrega do questionário-diagnóstico do pólo

Fase II - Diagnóstico/Caracterização do Pólo:

- Aplicação do questionário-diagnóstico pelo interlocutor
- Tabulação dos dados pela SDP
- Elaboração de Relatório de Pesquisa - SDP
- Discussão dos resultados entre SDP/SEBRAE/Agente Financeiro

Fase III – Discussão do Diagnóstico:

- Discussão do resultado do diagnóstico com os parceiros locais

Fase IV - Validação do Diagnóstico / Proposição de ações:

- Elaboração de uma agenda de ações
- Coordenação da solenidade de lançamento

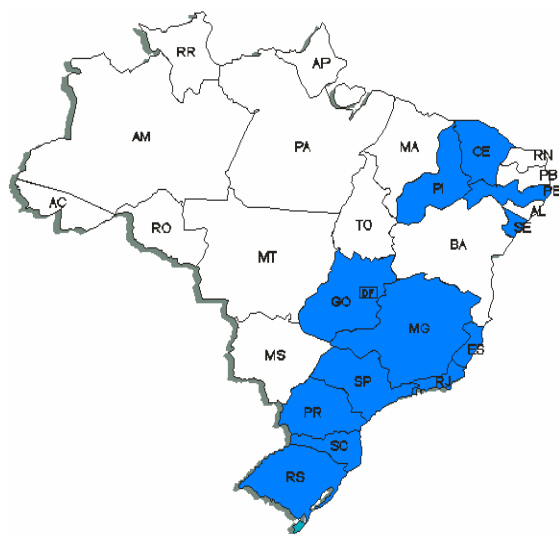
Fase V - Lançamento:

- Solenidade de lançamento das ações de apoio ao pólo

Fase VI - Operacionalização e Acompanhamento:

- Operacionalização dos diversos instrumentos de apoio, como: crédito adequado, capacitação, *design*, qualidade, uso do poder de compra, consórcio de exportação etc
- Acompanhamento a cada 6 meses

POLOS TRABALHADOS ATÉ 2002:



PI - Teresina
CE – Fortaleza
PE – Agreste Pernambucano (Caruaru, Toritama, Sta. Cruz do Capibaribe)
SE – Tobias Barreto
DF – Brasília e entorno
GO – Goiânia e região metropolitana
MG – Divinópolis e Zona da Mata (Juiz de Fora, São João Nepomuceno, Cataguases, Muriaé e Bicas)
ES – Vila Velha e Colatina
RJ – Nova Friburgo
SP – Amparo
PR – Maringá, Cianorte e Londrina
SC – Vale do Itajaí (Blumenau e Itajaí) e Jaraguá do Sul
RS – Serra Gaúcha (Região das Hortênsias, Caxias do Sul, Farroupilha e Bento Gonçalves)

PÓLOS COM PROGRAMAÇÃO DE INICIAR TRABALHOS EM 2003

PÓLOS A SEREM TRABALHADOS		AGENTE FINANCEIRO
MINAS GERAIS	Montes Claros	Banco do Nordeste
	Uberlândia	Caixa
SÃO PAULO	Ibitinga	Caixa
	São Paulo	Caixa
	Auriflama	Caixa
	Americana	Caixa
SANTA CATARINA/ VALE DO ITAJAÍ	Brusque	Caixa
	Indaial	Caixa
	Ituporanga	Caixa
	Gaspar	Caixa
	Pomerode	Caixa
	Rio do Sul	Caixa
	Timbó	Caixa
MATO GROSSO	Dourados	Caixa
	Campo Grande	Caixa
RIO DE JANEIRO	Itaperuna	Caixa
	Nova Friburgo	Caixa/ BNDES/ SEBRAE
RIO GRANDE DO NORTE	Santa Cruz	Banco do Nordeste
GOIÁS	Pirinópolis	a escolher
	Catalão	a escolher
PARANÁ	Apucarana	Caixa
	Cascavel	Caixa

RESULTADOS PARCIAIS DESSE TRABALHO:

→ Resultados de crédito:

Pólo/ U.F.	Agente Financeiro	Lançado em	Atualizado até	Empresas Visitadas	Doc. em Análise	Valores Contratados	Contratos Assinados
Goiânia/ GO	Caixa	06/12/00	30/08/2002	741	14	6.526.814,00	375
Maringá/ PR	Caixa	11/05/01	30/08/2002	1.002	36	8.765.707,85	406
Vale do Itapocu/ SC	Caixa	09/05/02	30/08/2002	60	3	1.246.855,50	40
R. Hortênsias/ RS	Caixa	19/03/02	30/08/2002	75	15	738.776,00	48
Colatina/ES	Caixa	12/06/02	30/08/2002	51	39	247.500,00	12
Vila Velha/ ES	Caixa	24/01/02	24/07/2002	300	0	839.967,00	51
Muriaé/ MG	Caixa	13/04/02	30/08/2002	34	4	402.650,00	23
Bicas/ MG	Caixa	10/07/01	30/08/2002	32	0	39.500,00	2
Serra Gaúcha/RS	Caixa	19/08/02	30/08/2002	64	29	187.650,00	12
Divinópolis/ MG	Banco do Brasil	12/03/01	30/08/2002	350	148	1.072.501,60	159
Total				2.709	288	20.067.921,95	1.128

→ Outras ações:

- Contratação do IPT para prestar consulta de *design* e de qualidade em 10 pólos que possuíam essa demanda, assim distribuídos:
 - **Qualidade**: Teresina-Pi; Nova Petrópolis-RS; Gramado-RS; Canela e São Francisco de Paula-RS; Caxias do Sul-RS; Amparo-SP; Nova Friburgo-RJ; Farroupilha-RS e Brasília- DF.
 - **Design**: Colatina e Vila Velha-ES; Dilvinópolis, MG; Fortaleza-CE; Jaraguá do Sul-SC; Maringá-Pr; Muriaé-MG; Teresina-PI; Blumenau-SC; São João Nepomuceno, MG.
- Mostra “*Design & Moda*”: na ocasião, foram expostos os trabalhos de *design* e qualidade desenvolvidos nos pólos, no âmbito da consultoria do IPT. A Mostra foi inaugurada quando da solenidade de assinatura do Contrato de Competitividade da cadeia produtiva e ficou à disposição para visita pública no salão do MDIC, no período de 19 a 27/09/02.
- Livro: “*Design & Moda – Agregando Valor a sua confecção*”: Desenvolvido no âmbito do contrato com o IPT e com o apoio da ABIT, o referido manual foi lançado na solenidade de assinatura do Contrato de Competitividade.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria do Desenvolvimento da Produção

- Apoio a 5 (cinco) galpões industriais multiuso (produção/comercialização e treinamento de pessoal), contemplando os municípios de Aparecida de Goiânia-GO; Muriaé-MG; São João Nepomuceno-MG; Colatina-ES e Hidrolândia-GO.
- Treinamento de Comércio Exterior para micro e pequenas empresas => SECEX
Os treinamentos em Comércio Exterior serão adaptados e terão sua versão setorial de confecções no último trimestre de 2002.
- Disponibilização do *software* “Aprendendo a Exportar Confecções” => SECEX
Trata-se da adaptação do *software* “Aprendendo a Exportar” com viés setorial. A expectativa é que essa ferramenta esteja pronta até dezembro/2002.
- Seminários e Atualização para a indústria da moda => ABIT
A relação de todos os seminários, com os respectivos conteúdos, já foi encaminhada aos pólos e aguarda-se retorno quanto ao interesse de cada um deles sobre a matéria. Além dos seminários realizados até o momento, listados abaixo, o Sindivest-MS quer realizar mais 16 seminários ao longo do corrente ano e de 2003, mas ainda não os agendou.
Dia 22/06 - Seminário 1 - Feiras de moda nacionais, internacionais e eventos, em Campo Grande - MS
Dia 27/06 - Seminário 1 - Feiras de moda nacionais, internacionais e eventos, em Teresina - PI
Dia 28/06 - Seminário 1 - Feiras de moda nacionais, internacionais e eventos, em Caruaru - PE
Dia 17/07 - Seminário 11 - Vitrinismo, em Brasília - DF
Dia 18/07 - Seminário 12 - Visual *Merchandising*, em Brasília - DF
Dia 06/08 - Seminário 13 - *Marketing* de Moda, em Brasília - DF
Dia 07/08 - Seminário 06 - Desenvolvimento de Uniformes, em Brasília - DF
Dia 21/08 - Seminário 5 - Criação e Planejamento de Coleções, em Jaraguá do Sul - SC
Dia 22/08 - Seminário 11 - Vitrinismo, em Teresina - PI
Dia 26/09 - Seminário 29 - Como Gerenciar a Empresa do Vestuário de Forma Moderna e Dinâmica, em Teresina - PI
- Articulação com o Programa Brasileiro de *Design*-PBD, em função de parceria do MDIC com o SEBRAE e SENAI, para o desenvolvimento de “**Oficinas de Design**” em 6 pólos (Goiânia-GO; Santa Cruz-PE; Fortaleza-CE; Teresina-PI; Divinópolis-MG e Nova Friburgo e Região-RJ) e 26 **workshops de tendência de moda** nos diversos pólos (PBD): Cascavel-PR; Caxias do Sul-RS; Blumenau-SC; Jaraguá do Sul-SC; Itajaí-SC; Rio do Sul-SC; Brusque-SC; Maringá-Pr; Cianorte-PR; Londrina-PR; Cascavel-PR; Vila Velha-ES; Colatina-ES; Tobias Barreto-SE; Goiânia-GO; Caruarú-PE; Toritama-PE; Santa Cruz do Capibaribe-PE; Fortaleza-



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria do Desenvolvimento da Produção

CE; Vale do Cariri-CE; Teresina-PI; Divinópolis-MG; Muriaé-MG; Cataguases-MG; Leopoldina-MG; São João Nepomuceno-MG e Nova Friburgo-RJ.

- Apoio à experiência piloto do Centro de Tecnologia de Confecções do Espírito Santo (CETECON), no que se refere ao desenvolvimento do Curso de Supervisor de Confecção.

3. CONTRATO DE COMPETITIVIDADE

Como os resultados do Fórum, no sentido de solucionar os problemas e gargalos e de aproveitar as oportunidades disponíveis, atingiram um nível considerado como suficiente pelas partes para basear a definição de contrapartidas do Setor Produtivo, foi elaborado o primeiro Contrato de Competitividade entre a Cadeia Produtiva Têxtil e de Confecções e o Governo. A solenidade da assinatura do Contrato foi realizada no dia 19 de setembro de 2002, ocasião em que foi montada, no MDIC, uma Mostra dos trabalhos de *design* realizados em diversos pólos de confecções.

SÍNTESE DAS METAS PREVISTAS/ REALIZADAS

A Cadeia Produtiva, de modo geral, respondeu bastante bem às turbulências sofridas no ano de 2001, tais como a crise nos principais mercados exportadores (EUA e Argentina) e crise de energia. Não obstante tal contexto, portanto, foram criados cerca de 40.000 novos postos de trabalho, o processo de modernização do parque fabril continua em andamento (conforme indicado pelos números de uso do ex-tarifário) e a Balança Comercial reverteu a situação deficitária, gerando o primeiro superávit desde 1994, resultado do bom desempenho dos elos de algodão e de confecções.

Para a consecução destas metas, foi implementado um conjunto de ações, dentre as quais destacam-se:

- atividades no sentido de viabilizar ações de Governo destinadas ao incremento da competitividade das empresas de confecção de pequeno porte, em ação integrada com o Programa Brasil Empreendedor - PBE (como, por exemplo, acesso a crédito adequado às necessidades, capacitação, agregação de valor via *design* e qualidade, etc);
- realização do estudo sobre a competitividade do elo de fibras manufaturadas, que servirá de apoio às discussões do Grupo de Trabalho específico, criado na última Reunião Plenária de 2001;
- ações na área de controle e fiscalização de importações indevidas;
- edição do regulamento técnico de etiquetagem de produtos têxteis; e
- definição e implementação de instrumentos de apoio à produção, comercialização e seguro do algodão.

O Setor, entretanto, tem desafios significativos a vencer. No que se refere ao desenvolvimento produtivo regional, torna-se necessário explicitar uma meta voltada à expansão da produção e ampliação da base de empresas exportadoras, a partir das experiências do apoio integrado aos pólos de confecção, dos Consórcios de Exportação e do apoio nos pólos às áreas de *design* e qualidade.

CADEIA PRODUTIVA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES

ELOS	1999		2000		Realizado Var.(%) 2000/99	2001		(US\$ Mil)
	Realizado	Previsto	Realizado	% Meta Realizada		Realizado	% Meta Realizada	
FIBRAS DE ALGODÃO								
Exportações	5.318	10.326	32.522	315,0	511,5	20.050	155.220	674,2
Importações	359.699	359.699	325.197	90,4	-9,6	359.699	96.341	-73,2
Saldo Comercial	-354.381	-349.373	-292.675			-339.649	58.879	-117,3
Produção (em toneladas)	520.100	616.880	700.300	113,5	34,6	731.668	940.300	128,5
Empregos	325.650	357.040	não inform.			391.456	não informado	
FIOS FIADOS								
Exportações	99.416	114.372	106.853	93,4	7,5	131.577	85.471	-35,0
Importações	31.207	37.465	34.605	92,4	10,9	44.978	17.117	-61,9
Saldo Comercial	68.209	76.907	72.248			86.599	68.354	-21,1
Produção (em toneladas) ^z	907.456	973.475	1.454.800	149,4	60,3	1.044.298	não informado	
Empregos ^z	115.000	119.100	91.900	77,2	-20,1	120.408	não informado	
FIBRAS MANUFATURADAS								
Empregos	10.000	10.360	9.000	86,9	-10,0	11.447	9.000	-21,4
FIBRAS CORTADAS								
Exportações	28.074	32.570	30.105	92,4	7,2	37.786	23.875	-36,8
Importações	73.033	75.488	100.743	133,5	37,9	78.026	78.460	0,6
Saldo Comercial	-44.959	-42.918	-70.638			-40.240	-54.585	35,6
Produção (em toneladas)	147.318	167.651	159.100	94,9	8,0	190.789	78.000	-59,1
FILAMENTOS								
Exportações	64.802	75.877	69.904	92,1	7,9	88.845	55.226	-37,8
Importações	272.867	273.880	344.289	125,7	26,2	274.896	276.944	0,7
Saldo Comercial	-208.065	-198.003	-274.385			-186.051	-221.718	19,2
Produção (em toneladas)	199.177	216.663	230.164	106,2	15,6	235.684	108.000	-54,2
TECIDOS								
Exportações	201.759	242.508	245.258	101,1	21,6	291.486	271.082	-7,0
Importações	207.033	207.033	285.839	138,1	38,1	207.033	279.111	34,8
Saldo Comercial	-5.274	35.475	-40.581			84.453	-8.029	-109,5
Produção (em toneladas) ^z	1.079.430	1.165.385	1.090.700	93,6	1,0	1.258.184	não informado	
Empregos	262.000	271.300	não inform.			274.707	não informado	
CONFECÇÕES								
Empregos ^z	1.100.000	1.139.200	1.233.200	108,3	12,1	1.153.369	não informado	
VESTUÁRIO								
Exportações	166.835	243.410	273.928	112,5	64,2	355.131	273.521	-23,0
Importações	160.177	170.571	140.801	82,5	-12,1	181.639	153.933	-15,3
Saldo Comercial	6.658	72.839	133.127			173.492	119.588	-31,1
Produção (em toneladas) ^z	749.650	786.189	850.000	108,1	13,4	824.509	não informado	
CAMA, MESA E BANHO								
Exportações	204.571	276.223	225.622	81,7	10,3	372.972	228.413	-38,8
Importações	7.710	10.418	7.779	74,7	0,9	14.078	7.194	-48,9
Saldo Comercial	196.862	265.805	217.843			358.893	221.219	-38,4
Produção (em toneladas) ^z	167.000	183.612	244.800	133,3	46,6	201.876	não informado	
OUTROS CONFECIONADOS								
Exportações	181.441	190.248	171.365	90,1	-5,6	199.483	144.473	-27,6
Importações	235.751	235.600	241.210	102,4	2,3	235.600	216.172	-8,2
Saldo Comercial	-54.159	-45.352	-69.845			-36.117	-71.699	98,5
Produção (em toneladas) ^z	104.000	114.375	176.100	154,0	69,3	125.785	não informado	
TOTAL DOS ELOS								
Exportações	952.216	1.185.533	1.155.557	97,5	21,4	1.497.328	1.237.281	-17,4
Importações	1.347.477	1.370.153	1.480.463	108,1	9,9	1.395.949	1.125.272	-19,4
Saldo Comercial	-395.261	-184.621	-324.906			101.379	112.009	10,5
Empregos (em unidade)	1.792.650	1.876.280				1.928.493		
TOTAL DA CADEIA								
Exportações	1.009.832		1.222.071				1.306.097	
Importações	1.442.957		1.606.449				1.232.685	
Saldo Comercial	-433.125		-384.378				73.412	

Fontes: SECEX, CONAB, ABRAPA, ABRAFAS, ABIT e ABRAVEST



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria do Desenvolvimento da Produção

Notas:

1. Os valores de comércio exterior do item "total da cadeia" diferem daqueles referentes ao item "total dos elos", pelo fato de o primeiro considerar toda a cadeia e o segundo excluir produtos como linhas de costura, linho, rami, seda, cortinas etc.
2. Dados referentes ao ano de 2000 disponibilizados pelo Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI)
Dados de 2001 ainda não disponíveis

OBS.: Os resultados em azul devem ser interpretados como positivos, ou seja, como metas cumpridas; já os em vermelho significam um resultado inferior ao esperado.